

=====

IMPUGNAÇÃO

=====

ILUSTRE SENHOR PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DA EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA.

REF.: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. PE.PPSA.003/2021.

Objeto: contratação de prestação continuada de serviços de agência de comunicação, para apoio à assessoria de Comunicação e Ouvidoria da Pré-Sal Petróleo S.A. (“PPSA”), na implementação de uma comunicação integrada voltada a diferentes públicos de interesse, desenvolvendo relacionamento com a imprensa, formadores de opinião, influenciadores, assessorias e departamentos de comunicação de parceiros, governos, academia, instituições e funcionários da empresa.

SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA – EPP., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 06.333.973/0001-29, sediada no município de São José dos Pinhais, estado do Paraná, na Rua Joinville n. 2.508 – 1º Andar, bairro Pedro Moro, neste ato representado pelo seu sócio administrador Michel Rodrigues, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n. 5.896.954-0 e devidamente inscrito no CPF/MF sob o n. 004.307.259-30, vem, nos termos do art. 87, § 1º da Lei n. 13.303/2016, art. 20 §§ 1º e 2º Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA (RILC-PPSA) e item 17.6 do ato convocatório, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao edital do processo licitatório na modalidade de pregão na forma eletrônica sob o n. 003/2021, publicado pela EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. (PPSA), empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada através do Decreto n. 8.063, de 01/08/2013, autorizado pela Lei n. 12.304/2010, com sede em Brasília/ DF, inscrita no CNPJ (MF) sob o n. 18.738.727/0001-36, Escritório Central na Avenida Rio Branco, nº 1 – 4º andar – Centro, CEP 20.090-003, Rio de Janeiro/RJ, pelos fundamentos de fato e fundamentos a seguir expostos.

1 – DA TEMPESTIVIDADE.

O ato convocatório estabeleceu que o prazo para impugnação é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública., nos termos da regra editalícia 17.4 (página 14).

Assim, considerando que a data da sessão pública será dia 07 de julho de 2021, tem-se que o prazo final para apresentação está sendo cumprido pela empresa SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA – EPP, ora Impugnante.

A apresentação da impugnação visa a evitar a violação dos princípios orientadores do procedimento licitatório, em observância ao direito constitucional de petição em defesa de direitos contra ilegalidades (art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a”).

Considerando que, a PPSA, está sujeita à observância do princípio da legalidade e da autotutela, que decorre no poder-dever de rever os próprios atos, para anulá-los quando eivado de vício, nos termos súmulas 346 e 473 do STF e do art. 54 da Lei Federal n. 9.784/99, tem-se o dever de pronunciá-lo, até mesmo de ofício, tão logo tenha conhecimento de sua existência (JUSTEN FILHO, Marçal, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 18ª ed., São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 972).

Assim, a presente medida deve ser conhecida e seu mérito analisado, o que decorrerá em decisão, que deve estar devidamente FUNDAMENTADA, bem como, deve ser realizada a PUBLICIDADE deste ato, sob pena de afrontar os princípios da isonomia, da publicidade e da transparência.

Sendo assim, aguarda-se a análise da impugnação apresentada, isto é, a devida publicidade da resposta da impugnação.

Oportuno trazer a conhecimento a decisão emitida pelo Ministro Marcos Bemquerer do Tribunal de Conta da União (TCU), no Acórdão n. 90/2020-Plenário, que determinou que as respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimento apresentados por licitantes e/ou interessados devem ser feitas de forma precisa e objetiva, e não de forma genérica, posto que respostas genéricas emitidas afrontam aos princípios da publicidade e da transparência, previstos no art. 37 da Constituição.

2. DOS FATOS.

A PPSA tornou pública a realização do processo licitatório na modalidade de pregão na forma eletrônica sob o n. 003/2021, com data de abertura designada para o dia 07 de julho de 2021 às 10h.

O objeto do referido certame consiste na contratação de prestação continuada de serviços de agência de comunicação, para apoio à assessoria de Comunicação e Ouvidoria da Pré-Sal Petróleo S.A. (“PPSA”), na implementação de uma comunicação integrada voltada a diferentes públicos de interesse, desenvolvendo relacionamento com a imprensa, formadores

de opinião, influenciadores, assessorias e departamentos de comunicação de parceiros, governos, academia, instituições e funcionários da empresa.

Ocorre que, o instrumento convocatório estabeleceu critérios ilegais que maculam o caráter competitivo do certame. Afastando o fim precípua da licitação, que é a seleção da proposta mais vantajosa. Tais critérios são manifestamente contrários à jurisprudência, doutrina, enunciados de súmulas cujo teor é vinculativo do Tribunal de Contas da União (TCU) e principalmente ao arcabouço principiológico que rege a licitação.

Diante disso, apresenta-se a presente impugnação visando à adequação do edital de pregão eletrônico n. 003/2021, e conseqüentemente sua republicação, conforme se passa a fundamentar.

3 - DOS VÍCIOS NO CERTAME.

3.1. DA ILEGALIDADE QUANTO À EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – EXIGÊNCIA DE ATESTADO EXCLUSIVAMENTE NA ÁREA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL.

O edital estabeleceu como critério de habilitação a seguinte exigência de qualificação técnica operacional:

13.1. A habilitação do licitante que apresentar a menor proposta será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação adicional de habilitação especificada neste Edital. (...) 13.3.2. Relativos à Qualificação Técnica: 13.3.2.1. Da PROPONENTE: a) Comprovação de experiência em assessoria de comunicação corporativa PARA EMPRESAS OU ÓRGÃOS DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL, por meio de pelo menos 1 (um) Atestado detalhado emitido, em nome da proponente, pela empresa contratante dos serviços (pessoas jurídicas de direito público ou privado). Os temas tratados pela PPSA são relacionados à atividade de exploração e produção de Petróleo e Gás Natural e extremamente complexos, razão pela qual o fato da contratada já ter realizado os serviços que estão sendo licitados para empresa deste segmento facilitará a compreensão e a dinâmica do trabalho. O atestado de capacidade técnica exigido deve ser detalhado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado da área de exploração ou produção de Petróleo ou Gás Natural, e comprovar as correspondentes experiências requeridas, devendo conter as seguintes informações, de forma clara: • Identificação completa da pessoa jurídica emitente do atestado; • Período em que o licitante executou os serviços; • Descrição dos serviços executados; e • Declaração de que o serviço foi executado a contento e sem ressalvas.

Conforme se verifica o edital estabeleceu como critério de comprovação de capacidade técnica a prestação de serviços de assessoria de comunicação corporativa PARA

EMPRESAS OU ÓRGÃOS DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL.

Desta feita, empresas que tenham prestado serviços de assessoria de comunicação corporativa para outros segmentos não detém experiência para executar o contrato com a PPSA.

Ora, essa exigência é contrária à ordem jurídica vigente. Não se mostra razoável exigir experiência em virtude do segmento atendido e não dos serviços prestados (a atividade em si). Em verdade, a exigência de comprovação de capacidade técnica na prestação de serviços para EMPRESAS OU ÓRGÃOS DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL viola aos princípios da igualdade, da moralidade e da competitividade, conforme se demonstrará.

Veja-se o paradoxo: às interessadas no presente certame não poderão prestar serviços à PPSA, porque não atenderam empresas do mesmo segmento, e não farão a prestação de serviços a empresas ou órgãos da área de exploração e produção de petróleo ou gás natural porque não lhe é contratada sem experiência anterior no SEGMENTO.

Em certa medida, é possível afirmar que essa exigência pode conduzir a um cartelização, posto que embora inúmeras empresas possam ter a experiência em assessoria de comunicação corporativa não são consideradas aptas tecnicamente para prestar serviços a PPSA, pois não tiveram como clientes empresas do mesmo ramo ou segmento dessa entidade licitadora.

Os proponentes que não executaram serviços para clientes da área de exploração e produção de Petróleo ou Gás Natural nunca terão a oportunidade de contratar com a PPSA, porque esbarraram sempre na necessidade de ter cliente na área de exploração e produção de Petróleo ou Gás Natural. Sendo assim, indiretamente a direcionamento na contratação.

Oportuno destacar os requisitos que o RILC-PPSA reputou importantes para a comprovação da qualificação técnica:

Art. 59 - A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em: I - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando aplicável; e II - comprovação de aptidão para desempenho DE ATIVIDADE PERTINENTE E COMPATÍVEL em características, quantidades e prazos com o objeto da Licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da Licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos. (...) §2º - É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, OU QUAISQUER OUTRAS

NÃO PREVISTAS NESTE REGULAMENTO, QUE INIBAM A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.

De acordo com o caput do art. 59 do RILC-PPSA os requisitos para a comprovação da qualificação técnica são a pertinência e a compatibilidade DA ATIVIDADE e com objeto da licitação. Contudo, a regra editalícia 13.3.2.1 “a” não está considerando a experiência da proponente na ATIVIDADE, mas sim nos segmentos atendidos pela proponente, impondo restrição à participação na licitação em evidente prejuízo à competitividade e à igualdade.

Portanto, os atestados devem mostrar que o licitante executou ATIVIDADES parecidas, o foco é nas atividades desempenhadas e não para quem o serviço foi prestado. Quaisquer outras exigências que limitem a competitividade são vedadas pelo § 1º do art. 59 do RILC-PPSA.

O processo de licitação destina-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e para tanto devem ser observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo. Nesse sentido, assim dispõe a Lei n. 13.303/2016:

Art. 28. Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos desta Lei, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30. (...) Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista DESTINAM-SE A ASSEGURAR A SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, DEVENDO OBSERVAR OS PRINCÍPIOS da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

Assim, no instrumento convocatório deverão estar previstas condições que não afugentem potenciais participantes do certame, a fim de não impedir a ampla concorrência e assim ser obtida a proposta que melhor atenda às necessidades da entidade licitadora. Esse entendimento é condição mandamental da Constituição:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública QUE ASSEGURE IGUALDADE DE CONDIÇÕES A TODOS OS CONCORRENTES, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o QUAL SOMENTE PERMITIRÁ AS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA INDISPENSÁVEIS À GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.

Ora, quanto aos requisitos de qualificação técnica, a experiência na atividade mostra-se indispensável à garantia do cumprimento das obrigações. É a execução da atividade que deve ser analisada, independente do segmento atendido. É a execução da atividade que denota domínio técnico prático no desempenho!

A ora Impugnante atua há mais de 17 anos e recentemente foi apontada como a maior agência Paranaense e segunda maior da Região Sul do Brasil e ainda é a única empresa do Paraná a figurar nos dois rankings das 35 maiores do Brasil, conforme é possível verificar acessando <http://www.virapagina.com.br/megabrasil/anuario2021/2/>.

Assim mesmo tendo essa representatividade significativa dentro das agências de comunicação no Brasil, a empresa, ora licitante, não atendeu empresas ou órgãos da área de exploração e produção de Petróleo ou Gás Natural pedido pelo edital.

Resta evidente que tal exigência restringe o caráter competitivo do certame, posto que a Impugnante tem condições de executar satisfatoriamente os serviços licitados, contudo está impossibilitada de realizar a contratação com a entidade licitadora, pois não cumpre esse requisito previsto no edital.

Isso corrobora ao fato de que a previsão editalícia 13.3.2.1. “a” está restringindo a participação de empresas, em evidente violação ao mandamento constitucional de que as contratações pela Administração Pública serão mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI da Constituição).

É francamente ilegal e, portanto, nula a justificativa de que “os temas tratados pela PPSA são relacionados à atividade de exploração e produção de Petróleo e Gás Natural e extremamente complexos, RAZÃO PELA QUAL O FATO DA CONTRATADA JÁ TER REALIZADO OS SERVIÇOS QUE ESTÃO SENDO LICITADOS PARA EMPRESA DESTE SEGMENTO facilitará a compreensão e a dinâmica do trabalho”. A justificativa apresentada em nada justifica a violação da Constituição e do RILC-PPSA. O ato convocatório está criando uma especificidade que não comporta os serviços de comunicação. Ou tem experiência em assessoria de comunicação corporativa ou não tem. A experiência em assessoria de comunicação corporativa não se ramifica em segmento.

Nesse passo, necessário trazer o disposto na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro:

Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos SEM QUE SEJAM CONSIDERADAS AS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS DA DECISÃO.

Quais são as consequências práticas da justificativa para que a qualificação técnica seja comprovada apenas para a atividade de exploração e produção de Petróleo e Gás Natural?

Facilitar a compreensão e a dinâmica do trabalho. E quanto à observância dos princípios da igualdade, da competitividade, e principalmente da seleção da proposta mais vantajosa e economicidade? Esses princípios foram sopesados em virtude da “facilidade da compreensão e da dinâmica do trabalho”. De todo desproporcional e desarrazoado tal entendimento.

A comprovação de capacidade técnica limita-se à comprovação da execução de ATIVIDADES semelhantes. A justificativa apresentada no edital para a exigência da comprovação da experiência em determinado segmento nada mais é do que exigir a comprovação de prestação de atividades iguais, que também encontra vedação pelo § 1º do art. 59 do RILC-PPSA e art. 37, XXI da Constituição.

Portanto, a exigência de atestados que comprove a experiência em assessoria de comunicação corporativa SOMENTE PARA EMPRESAS OU ÓRGÃOS DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL restringe indevidamente a participação de interessados, pois somente poderia participar da licitação quem tivesse prestado serviços a tal setor - exploração de petróleo ou gás natural., o que na prática, caracteriza restrição à participação de empresas que porventura tenham prestado serviços de assessoria de comunicação corporativa, mas para outros setores.

Certo é, que a exigência de qualificação técnica operacional através de exigência de comprovação de experiência anterior EXCLUSIVAMENTE para a área de exploração de petróleo ou gás natural restringe o universo de participantes. Está a excluir várias empresas que possuem plenas condições de atender e executar com satisfatoriamente as obrigações do futuro contrato.

A restrição imposta acaba por prejudicar a economicidade, a seleção da proposta mais vantajosa e ao previsto no artigo 37, XXI da Constituição.

Sobre o tema, o doutrinador Marçal JUSTEN FILHO ensina que:

Vale insistir na inconstitucionalidade de exigências excessivas, no tocante à qualificação técnica. Observa-se que a natureza do requisito é incompatível com disciplina precisa, minuciosa e exaustiva por parte da Lei. É impossível deixar de remeter à avaliação da

Administração a fixação dos requisitos de habilitação técnica. ESSA COMPETÊNCIA DISCRICIONÁRIA NÃO PODE SER UTILIZADA PARA FRUSTRAR A VONTADE CONSTITUCIONAL DE GARANTIR O MAIS AMPLO ACESSO DE LICITANTES, tal como já exposto acima. A Administração apenas está autorizada a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução anterior de objeto similar. Vale dizer, nem sequer se autoriza exigência de objeto idêntico. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16. ed. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2019, p. 743).

Nesse mesmo sentido, assim já se posicionou o Tribunal de Contas da União - TCU:

[...] a igualdade de condições nas licitações é princípio de estatura constitucional (art. 37, XXI, CF). Deste princípio geral decorre o da competitividade, previsto no mesmo dispositivo constitucional (somente serão permitidas ‘as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações’) e no § 1º, inc. I, art. 3º da Lei nº 8.666/93. Por isso, a competição não poderá ser restringida, sob pena de nulidade de todo o procedimento licitatório. Portanto, as exigências previstas na fase de habilitação não podem ser tais a ponto de impedir a participação daqueles que teoricamente estariam aptos a prestar o serviço ou executar a obra. No caso vertente, a exigência de que a licitante tenha executado serviço no mínimo igual ao do objeto do pregão contraria esse entendimento, por impor às interessadas condição que extrapola os critérios razoáveis de seleção, invadindo e ferindo a competitividade do certame. (Acórdão n. 410/2006-Plenário. Relator: Ministro Marcos Vinícios Vilaça)

Nas contratações de obras e serviços, as exigências de qualificação técnica devem admitir a experiência anterior em obras ou serviços de características semelhantes, e não necessariamente idênticas, às do objeto pretendido. (Acórdão 2.914/2013-TCU-Plenário. Relator: Ministro Raimundo Carreiro)

Assim sendo, incumbe à entidade licitadora, orientada pelos princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade, o dever jurídico de adotar posicionamento que efetive a racionalidade do procedimento licitatório e seus fins – seleção da proposta mais vantajosa, com exigências no edital que se limitem ao mínimo necessário, previsto em lei, para o cumprimento do objeto licitado.

Portanto, deve ser excluída a exigência de qualificação técnica tal como prevista no subitem 13.3.2.1, alínea “a” do edital para que a exigência de apresentação de atestado comprove a execução satisfatória de atividades pertinente e compatível, nos termos do artigo 59 do RILC-PPSA e no inciso XXI do artigo 37 da Constituição e da jurisprudência.

4 - DOS REQUERIMENTOS.

É manifesto que as exigências habilitatórias nos termos estabelecidos no edital violam os princípios da legalidade, da igualdade, da competitividade, da seleção da proposta mais vantajosa e economicidade. Diante destas razões, requer-se que Vossas Senhorias se dignem em:

- a) Receber a impugnação no efeito suspensivo, para suspender a abertura do certame até a análise fundamentada da referida medida, a fim de se afastar maiores prejuízos à competitividade do certame, assim como evitar maiores custos despendidos pelos licitantes, nos termos do art. 24, § 2º do Decreto n. 10.024/2019;
- b) Analisar os pontos detalhados nesta impugnação, para fins de excluir a exigência ilegal do edital de pregão eletrônico n. 003/2021, que maculam o caráter competitivo do certame, devendo se declarar nulo de pleno direito o vício apontado;
- c) Definir e republicar o edital com nova data para realização do certame, consoante previsto no art. 24, § 3º do Decreto n. 10.024/2019;
- d) Remeter esta impugnação à autoridade hierarquicamente superior, no caso de não ser recebida e/ou conhecidos os requerimentos apresentados;
- e) Providenciar cópia integral do processo para fins de encaminhamento de Representação ao competente Tribunal de Contas, bem como para eventual propositura da medida judicial cabível, no caso de improcedência da presente medida;
- f) Comunicar qualquer decisão ou resultados da presente impugnação, mesmo que improcedente, através do e-mail da ora impugnante.

Termo em que,

Pede-se deferimento.

Michel Rodrigues

Curitiba/PR, 30 de junho de 2021.

SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA – EPP.

=====

RESPOSTA DA PPSA

=====

PARA: SAVANNAH SOLUÇÕES EM COMUNICAÇÃO LTDA – EPP.

CNPJ sob o Nº 06.333.973/0001-29

Rio de Janeiro, 02 de julho de 2021

Prezados Senhores,

1. Acusamos o recebimento da Impugnação interposta por V. Sas. ao Pregão Eletrônico PE.PPSA.003/2021 às 13:26 (HH:MM) do dia 01 de julho de 2021, portanto tempestivamente, e, pela presente, apresentamos a nossa resposta, segundo o que adiante se expõe.

2. Em síntese, V. Sas. requerem o conhecimento desta Impugnação, acolhendo-a para que sejam sanadas as irregularidades presentes no edital de licitação de Pregão Eletrônico nº 003/2021, conforme descrito nos itens abaixo:

- a) Excluir a exigência ilegal do edital de pregão eletrônico n. 003/2021, que maculam o caráter competitivo do certame, devendo se declarar nulo de pleno direito o vício apontado; e
- b) Providenciar cópia integral do processo para fins de encaminhamento de Representação ao competente Tribunal de Contas, bem como para eventual propositura da medida judicial cabível, no caso de improcedência da presente medida.

3. Ouvidas as áreas técnicas e jurídicas da PPSA, apresentamos a seguir a análise das argumentações expostas no pedido de impugnação recebido:

3.1. Diferentemente do que deduz a recorrente, as exigências de qualificação técnica não “estão relacionadas especificamente a apenas um nicho pequeno da descrição dos serviços do objeto licitado”, muito pelo contrário, a EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA é uma empresa única, sem similar ou concorrente no mercado nacional e atua em um segmento de mercado bastante específico e restrito, sendo seu *core business* a área de Exploração e Produção de Petróleo ou Gás Natural, composto por um corpo técnico altamente especializado com larga experiência no setor (média de 31 anos de experiência), que utiliza um linguajar peculiar na sua comunicação com os demais órgãos e empresas do setor;

3.2. Este mesmo processo de contratação de agência de comunicação já foi realizado anteriormente com as mesmas exigências sem que tivesse tido qualquer contestação pelos seus participantes quanto as questões relativas às exigências de experiência em assessoria de comunicação corporativa para empresas ou órgãos da área de Exploração e Produção de Petróleo ou Gás Natural, pelo proponente e pela sua equipe técnica;

3.3. Reiteramos, novamente, de forma a não restar dúvidas, que as exigências previstas no Edital buscam tão somente garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, assim como a seleção do proponente devidamente qualificado para realização do serviço pretendido, que está intrinsecamente ligado à atividade fim da PPSA, em atenção ao objeto deste certame;

3.4. Além disso, entendemos que a área de comunicação é muito ampla e abrange empresas especializadas em vários segmentos de mercado. No entanto, ao prestar serviço para a PPSA, a agência de comunicação irá atuar em um ambiente altamente especializado, participando de discussões técnicas, planejamento e executando diariamente ações de comunicação voltadas ao segmento de exploração e produção de Petróleo e Gás Natural. Assim, se a empresa de comunicação contratada não possuir a experiência exigida no edital, isso poderá causar transtornos e prejuízos para a PPSA, pois não estará apta a prestar os serviços licitados com plenitude, logo após a assinatura do instrumento contratual, pois necessitará passar por um processo de “aprendizado” e familiarização com a documentação e as expressões técnicas comumente utilizadas na comunicação da PPSA com as empresas do setor, órgão governamentais e de controle e imprensa, o que leva algum tempo.

3.5. Nesses termos, a doutrina se posiciona acerca da capacitação ou qualificação técnica específica:

“A capacitação ou qualificação técnica específica diz respeito ao objeto propriamente da contratação. Exigir prova de capacidade técnica importa exigir prova de que o licitante detém experiência e aptidão para o desempenho da atividade, obra, serviço ou fornecimento que será contratado. Esta aptidão para o desempenho pode envolver fatores como características do objeto, prazo de execução, instalações, equipamentos ou recursos humanos tecnicamente qualificados para a execução contratual. Deve haver a prova de que já executou anteriormente objeto contratual semelhante ao licitado, de modo a diminuir os riscos da contratação.

A lei é omissa em relação à forma de prova da capacidade técnica. Pelo regime da Lei nº 8.666/93, a prova da capacidade técnica se faz mediante atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, admitida a comprovação de aptidão por certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

*O instrumento convocatório deverá prever de forma expressa, objetiva e taxativa os documentos para a prova da capacidade técnica genérica e específica. **Embora não previsto pela LRE, a prova desta capacidade mediante apresentação de atestados de capacidade técnica deve ser a forma preferencial, inclusive por ser da tradição das licitações públicas.**” (GUIMARÃES, Edgar; SANTOS, José Anacleto Abduch. Lei das estatais: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da*

3.6. Nessa linha, a doutrina pondera que, para cumprir o princípio da competitividade, as exigências editalícias devem ser justificadas, úteis, necessárias, pertinentes ou relevantes para o interesse público, **o que depende da análise dos casos concretos, sempre tendo a mira o objeto da licitação, que representa a demanda estatal:**

*“Então, deve prevalecer em relação ao vocábulo indispensável (tal qual empregado na parte final do inc. XXI do art. 37 da Constituição Federal) a interpretação de cunho teleológico sobre a eminentemente literal. **Nesse sentido, a Administração, em princípio, pode fazer exigências de habilitação que sejam úteis, necessárias, pertinentes ou relevantes para aferir se os licitantes têm ou não capacidade e idoneidade para celebrar contrato administrativo, conquanto não sejam absolutamente indispensáveis.** As exigências inúteis, desnecessárias, impertinentes ou irrelevantes são as que atentam ao princípio da competitividade.*

Em síntese, as exigências de habilitação não devem ser impertinentes ou irrelevantes, tomando sempre como referência as especificidades do objeto licitado, que pode demandar inúmeras peculiaridades. Deve haver relação de adequação entre as exigências de habilitação e o objeto do edital, que é o demandado pela estatal. A análise da utilidade, necessidade, relevância e pertinência das exigências realizadas em habilitação deve partir do objeto licitado e das suas especificidades. O objeto da licitação é o fator determinante e último para que se possa apontar quais exigências se harmonizam ou não ao princípio da competitividade.

*O princípio da competitividade é fundamental para a licitação e ele repercute mais fortemente na fase de habilitação. A disputa deve ser ampla, franqueada a todos que tenham capacidade e idoneidade para cumprir o futuro contrato administrativo, por imperativo constitucional (parte final do inc. XXI do art. 37 da Constituição Federal). Por isso, as exigências de habilitação devem servir em conjunto a apartar os que têm capacidade e idoneidade para cumprir o futuro contrato dos que não têm. **Daí que o princípio da competitividade é vulnerado sempre que o edital contiver exigências inúteis, desnecessárias, irrelevantes ou impertinentes, tomando como parâmetro as especificidades do objeto licitado.***

*Em que pese a centralidade do princípio da competitividade, **não se pode perder vista que a licitação pública se faz em favor da estatal, responsável pela concreção de interesse público. A***

licitação não deve ser aberta a qualquer interessado, porque do são todos os que conseguem atender às necessidades administrativas. Daí que é perfeitamente lícito formular o edital contendo exigências que excluam a participação de eventuais interessados e, sob essa perspectiva, sejam limitadoras da competição. Não se admite a licitação que dê as costas aos interessados que atendem à demanda da estatal. O ponto é que, para cumprir o princípio da competitividade, tais exigências devem ser justificadas, úteis, necessárias, pertinentes ou relevantes para o interesse público, o que depende da análise dos casos concretos, sempre tendo a mira o objeto da licitação, que representa a demanda estatal." (NIEBUHR, Joel de Menezes; NIEBUHR, Pedro de Menezes. *Licitações e Contratos das Estatais*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. Págs. 228 e 229) (grifo nosso)

3.7. Ademais, ainda quanto ao tema, colaciona-se a súmula nº 263/2011 do Tribunal de Contas da União ("TCU"):

"SÚMULA Nº 263/2011

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado." (grifo nosso)

3.8. No âmbito do TCU, encontra-se, também, o seguinte Enunciado:

"Enunciado

Caracteriza restrição à competitividade da licitação a exigência, como critério de habilitação, de atestado de qualificação técnica comprovando experiência em tipologia específica de serviço, salvo se imprescindível à certeza da boa execução do objeto e desde que devidamente fundamentada no processo licitatório." (Acórdão 433/2018-Plenário. Data da sessão: 07/03/2018. Relator: Augusto Sherman) (grifo nosso)

3.9. Assim, entende-se que a exigência contida no item "13.3.2.1.", "a", do Edital é necessária e se encontra devidamente justificada por todos os argumentos que restaram sobejamente expostos.

3.10. Quanto ao envio da cópia integral do processo, informamos que o processo ainda está em andamento e, sendo assim, iremos providenciar a digitalização apenas dos documentos que compõem o processo até este momento e enviaremos em breve.

4. Desta maneira entendemos que estão plenamente justificadas as exigências editalícias de qualificação contestadas, bem como comprovada que essas são pertinentes com o negócio da PPSA, com o objeto licitado no presente pregão PE.PPSA.003/2021 e da indispensabilidade das mesmas.

5. Por tudo o que até aqui foi alegado, é conhecida a Impugnação ao Edital apresentada, posto que presente o interesse, a tempestividade e a legitimidade, **NEGANDO-LHE PROVIMENTO** e mantendo inalteradas as disposições do instrumento convocatório.

Atenciosamente,

Samir Passos Awad
Diretor de Administração, Finanças
e Comercialização